



Holding do Araguaia S.A.

CNPJ/ME nº 18.903.785/0001-78 - NIRE 35.300.457.099

Demonstrações Financeiras 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas: A administração da Holding do Araguaia, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Companhia, A Holding do Araguaia S.A. ("Holding do Araguaia" ou "Companhia"), foi constituída em 20 de agosto de 2013, e tem por objeto social, a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista. Sua controladora, a Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico, sediada na Avenida Juscelino Kubitschek, 500 - Jundiá, no município de Anápolis - GO, foi constituída em 22 de novembro de 2011 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, a realização, sob o regime de concessão, da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arorelamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 09 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 21.13. Demonstrações Financeiras da Companhia. Companhia possui, entre as conquistas alcançadas, sob resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, as quais agradece. Além disso, a Holding do Araguaia agradece a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros. **PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras. **RESULTADOS OPERACIONAIS:** O volume de tráfego da controlada Ecovias Araguaia, em veículos equivalentes pagantes totalizou 52.366 mil em 2025, redução de 0,6% em relação a 2024. O tráfego de veículos leves apresentou redução de 0,1%. O tráfego de veículos pesados apresentou redução de 0,8% e a diminuição da produção industrial na região Norte. **RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS. RECEITA BRUTA:** A receita bruta consolidada totalizou R\$864,7 milhões em 2025, redução de 12,2% em relação ao ano anterior devido, principalmente, a redução das receitas de construção. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$48,1 milhões, 2,0% superior em relação a 2024. **Receita de Pedágio:** R\$580,0 milhões em 2025, aumento de 1,5%, devido ao reajuste das tarifas de pedágio da controlada Ecovias Araguaia. **Receita de Acessórios:** R\$93,1 milhões em 2025, aumento de 3,0 milhões, devido à assinatura de contrato com uma empresa de telecomunicações no período pela controlada Ecovias Araguaia. **Receita de Construção:** R\$281,6 milhões em 2025, redução de 31,8%, devido ao menor volume de obras no período da controlada Ecovias Araguaia. **RECEITA LÍQUIDA:** A receita líquida atingiu R\$816,6 milhões em 2025. Excluindo a receita de construção, a receita líquida ajustada totalizou R\$535,0 milhões, aumento de 2,0% em relação a 2024. Para mais informações sobre a receita líquida, vide Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$548,0 milhões em 2025, redução de 15,0% devido, principalmente, à redução dos custos de construção e de serviços de terceiros, compensados, parcialmente, pelo aumento da base de ativos

(depreciação e amortização) da controlada Ecovias do Araguaia. **Desconsiderando o custo de construção (provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$144,7 milhões, redução de 1,4% em relação a 2024.** Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **EBITDA E MARGEM EBITDA:** Em 2025, o EBITDA totalizou R\$397,8 milhões. O EBITDA ajustado totalizou R\$390,4 milhões, aumento de 3,4% em relação a 2024, e margem EBITDA ajustada de 73,0%. **RESULTADO FINANCEIRO:** O resultado financeiro líquido em 2025 foi negativo em R\$284,7 milhões, aumento de R\$70,9 milhões em relação aos R\$213,8 milhões negativos em 2024, devido, principalmente, ao incremento dos juros e da variação monetária sobre empréstimos e financiamentos do BNDES da controlada Ecovias Araguaia, além da redução da capitalização dos juros. Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **PRELUIZO DO EXERCÍCIO:** Em 2025, o prejuízo líquido da Companhia totalizou R\$54,4 milhões. **DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO:** A Holding do Araguaia encerrou o exercício de 2025 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras contra reserva circulante e não circulante no valor de R\$485,4 milhões e a dívida bruta (composta por debêntures, empréstimos e financiamentos) de R\$3.481,4 milhões. A dívida líquida encerrou o exercício em R\$2.996,1 milhões e o indicador Dívida Líquida/EBITDA Ajustado em 7,7x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide as Notas Explicativas nº 15 e 16 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **INVESTIMENTOS:** Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$408,8 milhões em 2025. **GOVERNANÇA CORPORATIVA:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da controladora indetida Ecovodvias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecovodvias.com.br/ri. Em conformidade com as disposições da Lei nº 15.177/2025, são apresentados a seguir os indicadores da Companhia incorporados ao artigo 133 da Lei nº 6.404/76. **I - a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia; e II - a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia:**

Nível Hierárquico	2025		2024	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Executivos	0	0%	2	100%
Média Gestão	8	47%	9	53%
Administrativo	22	69%	10	31%
Operacional	167	65%	88	35%
Total	197	64%	109	36%

Notas: (1) **Executivos:** Diretor Presidente, Diretores, Vice-Presidentes, Diretores, Gerentes, Consultores e Superintendentes. (2) **Média Gestão:** Coordenadores, Supervisores e Especialistas. (3) **Administrativos:** Cargos Administrativos, Engenheiros, Advogados, Aprendizes e Estagiários. (4) **Operacional:** Operacional,

Técnicos e Liderança Operacional. **III - o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia:**

Nível Hierárquico	Proporção da remuneração média anual das mulheres em relação à remuneração média anual dos homens por nível hierárquico	
	2025	2024
Executivos	0,00	0,00
Média Gestão	1,20	1,24
Administrativo	0,68	0,66
Operacional	0,63	0,66

Notas: (1) Níveis hierárquicos englobam os cargos descritos no item I e II (2) A remuneração apresentada contém e apóia expressões no parecer da PricewaterhouseCoopers Audit considera os valores médios por nível hierárquico; (4) As proporções observadas refletem a distribuição atual do quadro de colaboradores entre áreas, níveis hierárquicos e funções, podendo haver variações decorrentes da estrutura interna de cargos; (5) A companhia adota políticas de remuneração baseadas em desempenho, complexidade do cargo, nível de responsabilidade e critérios objetivos de elegibilidade. Dessa forma, diferenças de proporção podem ocorrer em função da diversidade de cargos existentes em cada nível hierárquico, não representando disparidade salarial para funções equivalentes. **RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES:** Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2025: (i) Serviços relacionados a auditoria externa: (i.a) Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); (i.b) Revisão das Informações Executadas pelo Auditor da Revisão of Interim Financial Information Prepared by the Independent Auditor of the Entity), ambos para a Companhia e sua controladora; e (ii) Serviços não relacionados à Auditoria Externa: (ii.a) Consultoria de benefícios fiscais da Lei do Bem da controlada Ecovia Araguaia. A prestação dos serviços contratados não relacionados à auditoria externa, está de acordo com a Política de Contratação de Auditoria Externa aprovada pelo Conselho de Administração da controladora indetida Ecovodvias Infraestrutura e Logística S.A., e não caracterizam conflitos de interesse ou perda de independência e objetividade de seus auditores independentes. Os honorários consolidados relativos ao exercício de 2025 totalizaram R\$377,9 mil e o valor dos honorários não relacionados à auditoria externa perfazem R\$7,2 mil, representando 1,9% do total de honorários pagos. **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA:** A Diretoria da Holding do Araguaia S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e apóia expressões no parecer da PricewaterhouseCoopers Audit considera os valores médios por nível hierárquico; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo - SP, 17 de março de 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa		Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.447	8.847	85.660	186.038	186.038
Aplicações financeiras	6	5.243	5.682	277.331	111.024	111.024
Aplicações financeiras - conta reserva	7	-	-	41.862	35.736	35.736
Clientes	8	-	-	43.786	34.439	34.439
Desconto de Usuário Frequente - ANTT	8	-	-	-	1.925	1.925
Partes relacionadas - ANTT	18	26	43	-	-	-
Tributos a recuperar	-	15.967	12.831	19.138	12.834	12.834
Despesas antecipadas	-	-	-	1.094	1.059	1.059
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	11.2	6.151	8.696	-	-	-
Custos antecipados empréstimos	9.1	-	-	23.928	-	-
Outros créditos	-	1	2.057	36.786	-	-
Total ativo circulante	28.835	36.099	494.856	419.859		
Realizável longo prazo						
Aplicações financeiras - conta reserva	7	-	-	80.499	59.616	59.616
Depósitos judiciais	10	-	-	2	-	-
Custos antecipados empréstimos	9.1	-	-	15.134	-	-
Conta reserva - poder concedente	9.2	-	-	1.711.376	1.474.470	1.474.470
	-	-	-	1.807.011	1.534.086	1.534.086
Investimentos						
Em controladas	11.1	2.334.821	2.324.548	-	-	-
Imobilizado	12	-	-	145.568	149.694	149.694
Intangível	13	-	-	3.758.086	3.449.698	3.449.698
Total ativo não circulante	2.334.821	2.324.548	5.710.665	5.133.478		
Total do ativo	2.363.656	2.360.647	6.205.521	5.553.337		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa		Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante						
Fornecedores	-	-	-	2	-	42.077
Fornecedores - FIDC	-	-	-	-	-	2.403
Fornecedores - Risco sacado	30	-	-	-	-	588
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	-	24.042
Detrações	16	107.492	103.599	130.517	12.576	9.419
Passivo arrendamento	17	-	-	-	-	20.284
Obrigações sociais	-	-	-	9	28	4.992
Impostos e Contribuições a recolher	-	-	233	336	9.561	7.840
Partes relacionadas	18	4	4	28.338	25.357	25.357
Dividendos a pagar	23.4	-	-	6.348	-	6.348
Obrigações com poder concedente	21	-	-	-	-	6.119
Provisão para imposto de renda e contribuição social	14.3	-	-	-	-	3.703
Provisão para construção	20	-	-	-	-	15.961
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	7.753
Total passivo circulante	107.740	110.315	295.750	246.875		
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	-	1.190.783
Debêntures	16	1.479.991	1.498.376	2.136.067	2.135.102	2.135.102
Passivo de arrendamento	17	-	-	-	-	32.882
Detrações	14.1	-	-	-	-	36.768
Obrigações com poder concedente	21	-	-	-	-	1.706.396
Provisão para perdas civis e trabalhistas	22	-	-	-	-	850
Provisão para manutenção	19	-	-	-	-	2.607
Outras contas a pagar	20	-	-	-	-	15.898
Total passivo não circulante	1.479.991	1.498.376	5.133.846	4.554.506		
Patrimônio líquido						
Capital social	23.1	780.377	708.377	780.377	780.377	780.377
Reserva de lucros - legal	23.2	2.857	2.857	2.857	2.857	2.857
Reserva de lucros - orçamento de capital	23.3	47.072	40.722	47.070	40.722	40.722
Total do patrimônio líquido	775.925	751.956	775.925	751.956		
Total do passivo e patrimônio líquido	2.363.656	2.360.647	6.205.521	5.553.337		

Reservas de lucros	Nota explicativa		Capital social integralizado		Legal		Orçamento de capital		Lucro / Prejuízos acumulados		Total	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Em 1º de janeiro de 2024	-	-	686.150	1.521	-	-	21.680	-	-	-	707.831	1.521
Aumento de capital	-	-	22.227	-	-	-	-	-	-	-	22.227	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	26.726	-	26.726	-
Destinação do lucro:												
Reserva Legal	23.4	-	-	1.336	-	-	-	-	-	(1.336)	-	-
Constituição de reserva - orçamento de capital	23.4	-	-	-	19.042	-	-	-	-	(19.042)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23.4	-	-	-	(6.348)	-	-	-	-	6.348	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	-	-	708.377	2.857	-	40.722	-	-	-	751.956	-	-
Em 1º de janeiro de 2025	-	-	708.377	2.857	-	40.722	-	-	-	751.956	-	-
Aumento de capital	23.1	-	72.000	-	-	-	-	-	-	72.000	-	-
Constituição de reserva - orçamento de capital	-	-	-	-	-	6.348	-	-	-	6.348	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.379)	-	(54.379)	-
Em 31 de dezembro de 2025	-	-	780.377	2.857	-	47.070	-	-	-	775.925	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

Em milhares de reais

Em 1º de janeiro de 2024	Nota explicativa		Capital social integralizado		Legal		Orçamento de capital		Lucro / Prejuízos acumulados		Total	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aumento de capital	-	-	686.150	1.521	-	-	21.680	-	-	-	707.831	1.521
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	26.726	-	26.726	-
Destinação do lucro:												
Reserva Legal	23.4	-	-	1.336	-	-	-	-	-	(1.336)	-	-
Constituição de reserva - orçamento de capital	23.4	-	-	-	19.042	-	-	-	-	(19.042)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23.4	-	-	-	(6.348)	-	-	-	-	6.348	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	-	-	708.377	2.857	-	40.722	-	-	-	751.956	-	-
Em 1º de janeiro de 2025	-	-	708.377	2.857	-	40.722	-	-	-	751.956	-	-
Aumento de capital	23.1	-	72.000	-	-	-	-	-	-	72.000	-	-
Constituição de reserva - orçamento de capital	-	-	-	-	-	6.348	-	-	-	6.348	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.379)	-	(54.379)	-
Em 31 de dezembro de 2025	-	-	780.377	2.857	-	47.070	-	-	-	775.925	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 20

... continuação

se tornam ativos financeiros sujeitos à redução do valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução do valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução do valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução do valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas Financeiras" (Nota 26). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir desvantagens contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro, ou grupo de (i) uma contratação contingente entre um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábil reconhecida na demonstração do resultado. **3.2. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou legais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução do valor recuperável de ativos específicos: **Ativos intangíveis:** O Contrato de Concessão da controladora da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e equilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de redução do valor recuperável descritos na Nota 13, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. **3.3. Provisões gerais:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **Provisão para construção de obras futuras:** Os valores provisionados como "OBR Futuras" incluem provisões de ativos intangíveis são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujo benefício econômico já está sendo auferido pela controladora. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 8,72% ao ano, que corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC Companhia (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês) da concessionária. Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCP-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que as controladas indiretas devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. **Provisão para manutenção:** Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ao longo do período de concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 9,39% ao ano, correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos. **Provisão para perdas civis e trabalhistas:** A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência obrigatória e uma estimativa razoável possa ser feita. **3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com a transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **3.5. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamento e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado no período em que os empréstimos, financiamentos e debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são desreconhecidos quando a obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e sua controlada tenha o direito, na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a referida data. As cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que a Companhia e sua controlada são obrigadas a cumprir, até a data do balanço, são consideradas na classificação dos empréstimos como circulante ou não circulante. Contudo, aquelas que a Companhia e sua controlada são obrigadas a cumprir após a data do balanço são consideradas "OBR Futuras". Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. **3.6. Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão:** Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzidas de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de transitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI); no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por placa e por operador; (ii) pedágio em número de diâmetros, através dos depósitos de numerário (balcão) nos cofres inteligentes e concluídos posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio; diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões; diariamente (por lote). A controlada Ecovias Araguaia possui mecanismo de Desconto Básico de Tarifa (DBT), no qual os usuários que utilizarem meios de pagamento eletrônico e identificação automática de veículo (AVI), terão direito à um desconto incondicional de 5% (cinco por cento) sobre a tarifa de pedágio. Em relação ao Desconto Básico de Tarifa (DBT), uma vez que é um desconto incondicional, a receita é demonstrada pelo seu valor líquido, ou seja, 95% do valor da Tarifa Base de Pedágio. A controlada Ecovias Araguaia possui também um mecanismo de desconto de tarifa de bruta auferida, para ser utilizado eventualmente em futuros reajulbrios contratuais, de acordo com o contrato de concessão (vide Notas 9.2 e 21.1). **3.7. Arrendamento:** A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamento com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data do balanço e descontados aplicando-se a taxa de Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês) 3.8. **Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado e o valor residual, sendo determinados separadamente para cada ativo. No momento do seu reconhecimento inicial, após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Os juros capitalizados que tem o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido em contrato de concessão) são reconhecidos pelo custo líquido do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior. **3.10. Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que a Companhia atua e geram lucros tributáveis. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e sua controlada nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes das demonstrações financeiras, algumas das normas novas ou revisadas ainda não haviam sido objeto de publicação por parte do CPC. **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recorrentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamento de juros e principal em uma combinação de eventos e de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras e de sua controlada. **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e dependa da produção de energia:** Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedging accounting* previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia elétrica, energia solar, etc.), descritos como "contracts referencng nature-dependent electricity". Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, são contratos de hedge *accounting* (*cash flow hedge*) e (ii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As

HOLDING DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 18.903.785/0001-78 - NIRE 35.300.457.099

referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. O Grupo está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais para a Companhia e sua controlada. **IFRS 12 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparente aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espere-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espere-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar com resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação e desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. **• No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. • IFRS 12 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Destacação de Contas: Divulgações e Alterações:** Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) aplequem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras e de sua controlada. **• Melhorias às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*). As alterações referem-se às seguintes normas: IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implantação do IFRS 7"; IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"; IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e IAS 7 - "Instrução dos Fluxos de Caixa". A vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras e de sua controlada. **• Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação: Hiperinflacionária:** Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: a) sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou **• estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.** As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidos em resposta ao *feedback* de partes interessadas, espere-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras e de sua controlada. **• Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras":** Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outros incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) às quais estão relacionados. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. Não há outras normas contábeis (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. **3.13. Provisão para eventos e empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados:** **3.15. Demonstração do valor adicionado (DVA):** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **3.16. Participação nos lucros:** A controlada da Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (*Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization*), e metas individuais de cada colaborador. A controlada da Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CRITICOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: **• Taxa de desconto:** a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes; **• Provisões:** a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujo benefício econômico estivesse diluídos nas tarifas de pedágio presentes, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e **• Redução do valor recuperável:** Atualmente, a Administração avalia as perdas para redução ao valor recuperável, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.2. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orientárias aprovadas pela administração (Nota 13). **Contabilização dos Contratos de Concessão:** Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos custos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. A divulgação para o Contrato de Concessão da controlada da Companhia e suas características de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido a curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. **Determinação das receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o IPEC01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos execute obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela realização de custos de construção (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. **Capitalização dos custos de empréstimos, financiamentos e debêntures:** Conforme descrito na Nota 3.5, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês. **Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2025, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujo benefício econômico já está sendo auferido pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 9,39% ao ano para provisão de manutenção e 8,72% para provisão de construção (8,72% em 31 de dezembro de 2024 para provisão de construção. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês) calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos.....	1.504	2.619
Fundos de investimentos (a).....	1.247	8.688
Certificado de depósito bancário CDB (b).....	-	12.568
Aplicações automáticas (c).....	200	159
	1.447	8.847

(a) Em Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 19,2% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 80,8% aplicações em cotas de fundos. Em 31 de dezembro de 2024 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 39,5% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 60,5% aplicações em Cotas de Fundos. As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas a taxa de 102,7% em 31 de dezembro de 2025 (100,7% em 31 de dezembro de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Em 31 de dezembro de 2025, os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados a taxa média ponderada de 100% (100% em 31 de dezembro de 2024) do CDI, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. (c) A Companhia possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, a Companhia mantém apenas saldos mínimos nessa modalidade, e diariamente o saldo excedente é alocado em aplicações mais rentáveis. A redução na rubrica "caixas e equivalentes de caixa", deve-se principalmente a realocação de recursos para a rubrica "aplicações financeiras".

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Cotas Fundo - BTG CDB I e CDB Plus (a).....	5.163	5.776
Cotas Fundo - FIDC_ECO (b).....	79	106
	5.243	5.882

(a) Em 31 de dezembro de 2025, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo com gestão do Banco BTG Factual S.A. (Fundo BTG CDB I e CDB PLUS). Este fundo aplica os recursos em papéis de renda fixa e em outras instituições financeiras e possui a mesma estratégia de política de investimentos do Grupo EcoRodovias. Os recursos são remunerados a taxa média ponderada de 102,7% do CDI (100,7% em 31 de dezembro de 2024), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui Liquidez Dria (b) Em 31 de dezembro de 2025, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo EcoRodovias com gestão e administração do Banco BTG Factual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerado a taxa média ponderada de 102,7% do CDI (100,7% em 31 de dezembro de 2024), vinculado ao fundo de investimento. No Fundo de Direitos Creditórios (FIDC_ECO), os recursos são utilizados para adiantar valores aos nossos fornecedores através da antecipação de recebíveis. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Fundo FIDC_ECO em troca do recebimento antecipado do título. O Fundo FIDC_ECO, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor na conta do Fundo FIDC_ECO. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidas com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Informações Trimestrais, no passivo circulante, com a nomenclatura "Fornecedores - FIDC" logo abaixo da rubrica "Fornecedores". Em 31 de dezembro de 2025, o valor antecipado em favor dos fornecedores era de R\$2.403. O aumento na rubrica "Aplicações financeiras", deve-se a realocação de recursos da rubrica "Caixas e equivalentes de caixa".

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTRA RESERVA - CONSOLIDADO

As aplicações financeiras - conta reserva, são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2025	31/12/2024
Fundos de investimento.....	122.361	95.352
	122.361	95.352
Circulante.....	41.862	35.736
Não circulante.....	80.499	59.616

O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 98,4% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (91,97% em 31 de dezembro de 2024) e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva, por estarem vinculadas aos contratos de Debêntures como garantia de parte do pagamento de juros e principal da controlada direta Ecovias Araguaia.

8. CLIENTES - CONSOLIDADO

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

	31/12/2025	31/12/2024
Pedágio eletrônico (a).....	35.895	30.548
Receitas acessórias (b).....	145	19
Outras contas a receber (c).....	6.085	3.874
Desconto de Usuário Freqüente - DUF (d).....	1.677	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (e).....	(16)	(2)
	43.786	34.439

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. (c) Representados, substancialmente, por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio recebidas na modalidade "cartão de crédito". (d) Desconto de Usuário Freqüente a receber da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme cláusulas contratuais. (e) O valor das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer.....	43.687	34.439
Vencidos:		
Até 30 dias.....	113	-
De 31 a 90 dias.....	2	2
Acima de 120 dias.....	2	-
	43.802	34.441

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício.....	(2)	-
Constituição de PECLD.....	(14)	(2)
Saldo no fim do exercício.....	(16)	(2)

9. OUTROS CRÉDITOS - CONSOLIDADO

9.1 **Ativo circulante:** O valor alocado na rubrica "Outros créditos - custos antecipados empréstimos" no ativo circulante e não circulante, R\$39.062 em 31 de dezembro de 2025, refere-se a custos antecipados de empréstimos, que serão reclassificados para "Empréstimos e financiamentos", quando da emissão das dívidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco da Amazônia S.A. - BASA (R\$36.370 em 31 de dezembro de 2024 alocado na rubrica "Outros créditos" no ativo circulante). 9.2 **Conta reserva - poder concedente:**

	31/12/2025	31/12/2024
Recurso vinculado.....	1.711.376	1.474.470
	1.711.376	1.474.470

Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR1534/14/080/T0/GO, a controlada Ecovias Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, sendo sua contrapartida na rubrica "Obrigações com Poder Concedente", cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reajulbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Freqüente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da controlada. Em 26 de agosto de 2022, a controlada, em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, assinou com o Banco Bradesco S.A., contrato de prestação de serviços de depositário, no qual foram definidos os termos para as alocações das "Contas Vinculadas", de acordo com o Contrato de Concessão. A conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante registrado à título de "receita de aplicação financeira" é de R\$178.093, líquido de IRRF e IOF (R\$118.782 em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, conforme cláusula 11 do contrato de concessão, é realizada a retenção sobre a receita bruta auferida, para eventual utilização em futuros reajulbrios contratuais dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão; e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão. O montante retido

HOLDING DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 18.903.785/0001-78 - NIRE 35.300.457.009

13. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

Intangível em andamento (a)	Software de terceiros (c)	Direito de Uso - CP06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	20,0	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	(d)	-

CUSTO			
Saldos em 31/12/2024			
3.113.374	384.040	4.587	67.939
Adições	171.464	211.593	42
Baixas	-	(15.308)	(659)
Transferência	163.941	(176.706)	-
Saldos em 31/12/2025	3.448.778	403.619	67.912

AMORTIZAÇÃO			
Saldos em 31/12/2024			
(88.061)	-	(2.247)	(29.934)
Adições	(58.886)	-	(920)
Baixas	-	-	659
Saldos em 31/12/2025	(146.947)	-	(45.989)

RESIDUAL			
Em 31/12/2025			
3.301.832	403.619	1.462	51.173
3.025.313	384.040	2.340	38.005

Contrato de concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Software de terceiros (c)	Direito de Uso - CP06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	(d)	-	-

CUSTO			
Saldos em 31/12/2023			
1.871.241	1.186.956	4.344	55.011
Adições	143.425	320.465	243
Baixas	-	-	(378)
Transferência	1.098.708	(1.123.381)	-
Saldos em 31/12/2024	3.113.374	384.040	4.587

AMORTIZAÇÃO			
Saldos em 31/12/2023			
(40.351)	-	(1.370)	(17.304)
Adições	(47.710)	-	(877)
Baixas	-	-	163
Saldos em 31/12/2024	(88.061)	-	(2.247)

RESIDUAL			
Em 31/12/2024			
3.025.313	384.040	2.340	38.005
1.830.890	1.186.956	2.974	37.707

(a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária. Em 31 de dezembro de 2025, as principais adições nesta rubrica referem-se a: reabilitação de pavimentos, terraplenos e drenagens, consultoria e gerenciamento de apoio de obras de ampliação e adequação às normas de elementos de proteção e segurança. (b) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2025 foram de 1,76% a.a. (1,57% em 31 de dezembro de 2024). (c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2025 referem-se a: implantação de bases operacionais, implantação de praças de pedágio, reabilitação de pavimento, elementos de proteção, obras de ampliação e cantões de obras, desapropriações e estudos e licenciamento ambiental. (d) Amortização realizada conforme prazo do contrato de arrendamentos. As adições referem-se a novos contratos de locações de equipamentos, veículos, imóveis e licenciamento de softwares. **Provisão para redução ao valor recuperável:** A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2025. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção; as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCF ou Free Cash Flow to Firm), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (Weighted Average Cost of Capital) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: 11,70% a.a. (15,29% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados à avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste da provisão a ser constituído no resultado do exercício. **Capitalização de juros:** No período findo em 31 de dezembro de 2025, foram capitalizados R\$55.308 (R\$93.836 em 31 de dezembro de 2024) referentes a encargos financeiros de investimentos vinculados a intangível em andamento.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.1 Tributos diferidos - Consolidado: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição e movimentação para o exercício:

Balanco Patrimonial	Resultado
31/12/2025	31/12/2025
Provisão para férias Diretores/Stock option	242 (33) 209 209
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	22 (16) 6 6
Provisão para contingências	125 234 (70) 289 164
Provisão para manutenção ICPC 01	886 886 886 886
Lucro diferido	(155) (258) 340 (73) 82
Juros capitalizados	(30.263) (7.822) - (38.085) (7.822)
IR e CS diferido - ativo/passivo	(30.293) (6.696) 221 (36.768)
Receita (despesa) de IR e CS diferido	89 - (6.475)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 23 - Tributos sobre o lucro, parágrafo 73, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2025 R\$36.768 no passivo não circulante (R\$30.293 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024), e registrou débito de R\$56.475 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do período. A Administração preparou estudo acerca da realização futura do passivo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos tributos diferidos da controlada seja realizado em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulante serão realizados nos seguintes anos:

31/12/2025	31/12/2024
2025	(8.612)
2026	(8.617)
2027	(8.678)
2028	(4.355)
2029	(31)
2030	259
Posterior a 2030	89
	(36.768) (30.293)

14.2 Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social: Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

Controladora	Consolidado
31/12/2025	31/12/2025
Lucro/prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(54.379) 26.726 (16.010) 79.277
Alíquota fiscal vigente	34% 34% 34% 34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	18.489 (9.087) 5.443 (26.954)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:	
Equivalência patrimonial	25.280 34.965 -
Despesas indedutíveis	- (37) (29)
Gratificações Diretores/PPR	- (346) (192)
Créditos tributários não constituídos (a)	(52.512) (43.995) (52.512) (43.995)
Incentivos Fiscais	- 10 (54)
Capitalização de juros s/investimentos	8.743 18.117 8.743 18.117
Outros	- 330 556
Despesa de imposto de renda e contribuição social	- (38.369) (52.551)
Imposto de renda e contribuição social correntes	- (31.894) (40.401)
Impostos diferidos	- (6.475) (12.150)
Taxa efetiva	n.m. n.m. n.m. 66,3%

(a) Créditos tributários não constituídos, da Companhia, em função de não haver expectativa de realização futura, em virtude de ser considerada "holding pura". 14.3 Provisão para imposto de renda e contribuição social - Consolidado: A movimentação do exercício do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

31/12/2025	31/12/2024
Saldos no início do exercício provisão IR/CS	8.440 10.232
Despesa IR/CS DRE	31.894 40.401
Total de IR/CS pagos	(36.631) (42.193)
Saldos no fim do exercício provisão IR/CS	3.703 8.440

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2025	31/12/2024
Em moeda nacional:					
FINEM	Ecovias Araguaia	09/2051	IPCA+7,70% a.a.	914.497	664.919
CCB - FNO	Ecovias Araguaia	07/2046	IPCA+2,50830% a.a.	300.328	201.924
				1.214.825	866.843

31/12/2025	31/12/2024
Circulante	24.042 9.419
Não circulante	1.190.783 857.424
Saldos no início do exercício	866.843 470.998
Adições	317.405 373.002
Encargos financeiros (Nota 25)	104.172 64.233
Pagamento principal	(5.400)
Pagamento de juros	(68.195) (41.390)
Saldos no fim do exercício	1.214.825 866.843

A principal adição ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, está descrita a seguir:

Companhia	Modalidade	Montante bruto
Ecovias Araguaia	BNDIS - Banco Nacional de Desenvolvimento Social	221.581
	Banco da Amazônia - BASA	108.778

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

31/12/2025	31/12/2024
2026	13.395
2027	26.024
2028	28.021
2029	29.185
2030	30.436
Posterior a 2030	1.077.117
	1.190.783 857.424

Descrição dos contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Instituição	Índices financeiros exigidos	Garantias
Emissora: (i) EBITDA ajustado - Medição iniciada em 2026		
(ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) ≥ 1,30 - Penhor das ações da Beneficiária, Medição iniciará em 2033		Cessão fiduciária de direitos da Garantidora - Ecrodovias Concessões e Serviços; (i) Dívida concessão e crediitórios e Fiança Bancária
BNDIS	Liquida/EBITDA ajustado ≥ 5,50	Bancária
Emissora: (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Penhor das ações da Beneficiária, ≥ 1,30 - Medição iniciará em 2026		Cessão fiduciária de direitos da Garantidora - Ecrodovias Concessões e Serviços; (i) Dívida concessão e crediitórios e Fiança Bancária
BASA	Liquida/EBITDA ajustado ≥ 5,50	Bancária

Conforme descrito acima, os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros ("covenants"), que serão medidos anualmente, com base nas demonstrações financeiras da controlada, sendo a primeira medição em 31 de dezembro de 2026 e da controladora direta da Companhia, a Ecrodovias Concessões e Serviços S.A., na qualidade de "garantidora", desde a emissão da dívida. Conforme demonstrado no quadro a seguir, a controladora está adimplente com os referidos índices.

Instituição financeira	Descrição da cláusula	Índice requerido	Medido
BASA e BNDIS	Dívida Líquida / EBITDA ajustado (garantidora ECS)	≥ 5,50%	3,58

Os covenants não financeiros prevêm cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

16. DEBÊNTURES

Taxa média	Controladora	Consolidado
de juros	31/12/2025	31/12/2024
Holding do Araguaia (b) - 1ª Emissão 10/2036	6,6647%	1.587.483 1.601.975 1.587.483 1.601.975
Ecovias Araguaia (a) - 1ª Emissão 07/2051	6,66%	- 679.101 655.203

Companhia	Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	Controladora	Consolidado
				31/12/2025	31/12/2024
Circulante				1.587.483	1.601.975
Não circulante				1.479.991	1.498.376

Descrição dos contratos de debêntures vigentes:

Ref. Form. de Juros	Pagamento Principal	Amortização	Principal	Tipos de Garantia	Reputação
(a)...	(i)	Semestral	partir de 2026	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e crediitórios e Fiança Bancária.	Não
(b)...	(i)	Semestral	partir de 2024	Alienação Fiduciária das Ações. Cessão Fiduciária de todos e quaisquer recursos recebidos pela Emissora decorrentes das distribuições oriundas da SPE. Fidejussórias na forma de fiança da Ecrodovias Concessões e Serviços S.A.	Não

(i) Simples, nominativa escritural, não conversível, distribuição pública. Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

31/12/2025	31/12/2024
2026	89.198 (3.653) 85.545 85.465 (3.642) 81.823
2027	89.197 (3.663) 85.534 85.466 (3.663) 81.803
2028	89.197 (3.673) 85.524 85.466 (3.673) 81.793
2029	89.198 (3.683) 85.515 85.465 (3.683) 81.782
2030	1.159.565 (21.692) 1.137.873 1.111.054 (21.692) 1.089.362
Posterior a 2030	1.516.355 (36.364) 1.479.991 1.538.382 (40.006) 1.498.376

31/12/2025	31/12/2024				
Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2026	89.198	(3.653)	85.545	85.465	(3.642)
2027	89.197	(3.663)	85.534	85.466	(3.663)
2028	89.197	(3.673)	85.524	85.466	(3.673)
2029	89.198	(3.683)	85.515	85.465	(3.683)
2030	1.159.565	(21.692)	1.137.873	1.111.054	(21.692)
Posterior a 2030	1.516.355	(36.364)	1.479.991	1.538.382	(40.006)

A movimentação das debêntures no exercício está demonstrada a seguir:

31/12/2025	31/12/2024
Saldos no início do exercício	1.601.975 1.603.508 2.257.678 2.233.060
(Custos de emissão) para a controladora Ecovias Araguaia (b) A ICCR153 S.A., pertence (i) Itinerar Encargos financeiros (Nota 25)	181.499 190.450 258.178 265.432
Pagamento de principal	(76.212) (76.213) (76.212) (76.213)
Pagamento de juros	(119.779) (115.770) (163.269) (156.830)
Saldos no fim do exercício	1.587.483 1.601.975 2.266.584 2.257.678

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros ("covenants"), que serão medidos anualmente, com base nas demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada, sendo a primeira medição em 31 de dezembro de 2026 e da controladora direta da Companhia, a Ecrodovias Concessões e Serviços S.A., na qualidade de "garantidora" e/ou "fiadora", desde a emissão da dívida. Conforme demonstrado no quadro a seguir, a controladora está adimplente com os referidos índices:

Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
1ª - Holding do Araguaia	Dívida Líquida/EBITDA ajustado (Fiadora - ECS)	≥ 5,50	3,51

18. PARTES RELACIONADAS

Objeto Companhia	Natureza	Data início	Data final	Total A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Despesa	Garantias	Outras informações		
(a)...	Ecrodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	12/12/2024	31/03/2028	152	101	-	4	Em até 45 dias	51	N/A	Devedor
(c)...	Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.	Controlada	-	-	-	-	-	26	Em até 45 dias	-	N/A	Credor
								26		51		
								43		49		

18.2 Consolidado:

Objeto Companhia	Natureza	Data início	Data final	Total A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Custo Despesa	Intangível	Garantias	Outras informações	
(a)...	Ecrodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	12/12/2024	31/03/2028	71.587	41.560	-	5.729	5.336	19.079	N/A	Devedor
(b)...	ICOR 153 S.A.	Controlada	-	-	-	-	-	25.884	Em até 45 dias	-	48.977	Devedor
(c)...	Ecrodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	18/10/2021	07/01/2057	5.460.933	4.816.248	-	6	Em até 45 dias	-	N/A	Devedor
								28.338		5.729	5.336	68.056
								18	25.357	14.206	5.475	160.383

(a) A Ecrodovias Concessões e Serviços S.A., é controladora direta da Companhia e presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de outros serviços para a controlada Ecovias Araguaia. (b) A ICOR153 S.A., pertence (i) Itinerar Construções Ltda. (50,1%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo Ecrodovias; e (ii) CRASA Infraestrutura (49,9%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 8,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo Ecrodovias. O objeto do contrato é a prestação de serviços de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO da controlada Ecovias Araguaia. (c) Repasse de despesas entre as unidades. Adicionalmente, não há transações entre as partes em 31 de dezembro de 2025. Trata-se apenas da divulgação do relacionamento entre as entidades. (d) Transferência de funcionários entre unidades. Adicionalmente, não há transações entre as partes em 31 de dezembro de 2025, trata-se apenas da divulgação do relacionamento entre as entidades. **Remuneração dos administradores:** Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foram pagos aos administradores beneficiários de curto prazo (salários, previdência privada e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego), (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025 em R\$346 e para sua controlada de R\$1.650 (R\$361 e R\$2.614, respectivamente, para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024) considerando os encargos sociais. A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2026, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 para R\$346 e R\$2.603 para sua controlada, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A remuneração provisionada aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 está demonstrada a seguir:

Controladora	Consolidado
31/12/2025	31/12/2024
Remuneração (fixa/variável)	- 1.310 1.854
Gratificação	- - 160
Remuneração Com base em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	- - 511 16
Seguro de vida	- - 105 116
Assistência à construção	- - 74 72
Previdência privada	- - 112 86
FGTS	- - 402 305
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo prazo - ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS)	- - 2.677 2.454
Outros	- - 346 346
Diretores Estatutários	- - 346 346
Assistência à construção	- - 346 346
Remuneração Global	- - 346 3023 2.800

19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

... continuação **HOLDING DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 18.903.785/0001-78 - NIRE 35.300.457.099**

24. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	30.821	54.354
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	460.955	390.209
Vale-pedágio	88.130	121.838
Outras	79	4.923
	579.985	571.324
Receita de construção (b)	281.550	413.233
Receitas acessórias (c)	3.110	143
Receita bruta	864.668	984.700
Deduções de receita bruta	(48.077)	(47.135)
Receita líquida	816.591	937.565
Deduções:		
COFINS (3%)	(17.505)	(17.144)
PIS (0,65%)	(3.793)	(3.715)
ISS (2% a 5%)	(26.659)	(26.116)
Abatimentos	(120)	(160)
	(48.077)	(47.135)

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. Dentre os valores de receita de pedágio por equipamento eletrônico, R\$5.398 em 31 de dezembro de 2025, (R\$5.027 em 31 de dezembro de 2024), representam os valores a receber relacionados ao Desconto do Usuário Frequente (DUF). De acordo com a cláusula 18.4.2 do Contrato de Concessão da controlada da Companhia, "A Concessionária será compensada anualmente, no âmbito da Revisão Ordinária, pela variação da Receita Tarifária decorrente da aplicação do Desconto do Usuário Frequente por meio de Notificação de Compensação de Desconto de Usuário Frequente. Os referidos valores estão contabilizados na rubrica "Desconto de Usuário Frequente - ANTT" no ativo não circulante. (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos. (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.

25. CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora	Consolidado	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	38	36	33.607	31.150		
Conservação e manutenção e outros	-	-	30.453	31.136		
Serviços de terceiros (a)	296	822	46.002	53.474		
Seguros	-	-	2.174	1.785		
Poder Concedente (Nota 20)	-	-	13.325	14.254		
Provisão para manutenção	-	-	2.607	-		
Custo de construção de obras	-	-	281.573	413.233		
Deduções e amortizações (Notas 11 e 12)	-	-	119.093	84.443		
Locação de imóveis e máquinas	-	-	1.706	716		
Outros custos e despesas operacionais	25	29	17.431	14.257		
	359	887	547.971	644.448		
Classificados como:						
Custo dos serviços prestados	-	-	524.243	622.177		
Despesas gerais e administrativas	359	887	23.728	22.271		
	359	887	547.971	644.448		

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	Consolidado	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:						
Receita de aplicações financeiras	1.419	1.049	43.536	39.017		
Outras receitas financeiras	1.533	429	1.880	432		
	2.952	1.478	45.416	39.449		
Despesas financeiras:						
Juros sobre debêntures (Nota 15)	(108.050)	(108.672)	(152.596)	(151.330)		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 14)	(69.817)	(78.156)	(73.304)	(45.775)		
Variação monetária sobre debêntures (Nota 15)	-	-	(98.421)	(108.802)		
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (Nota 14)	-	-	(30.867)	(18.458)		
Amortização de custos com emissão de debêntures (Nota 15)	(3.632)	(3.622)	(7.161)	(5.300)		
Ajuste a valor presente sobre provisão de construção (Nota 19)	-	-	(20)	615		
Atualização monetária para contingências diversas (Nota 21)	-	-	(200)	(132)		
Juros Capitalizados	30.925	57.072	55.308	93.836		
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(2.694)	(6.239)	(5.620)	(6.239)		
Juros arrendamentos - CPC06 (R2) (Nota 16)	(493)	(4)	(14.622)	(9.199)		
Outras despesas financeiras	(153.761)	(139.621)	(330.097)	(253.259)		
	(150.809)	(138.143)	(284.681)	(213.810)		

27. (PREJUÍZO)/LUCRO POR AÇÃO

27.1. (Prejuízo)/lucro básico: O (prejuízo)/lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do (prejuízo)/lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
(Prejuízo)/lucro do exercício atribuído aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do (prejuízo)/lucro básico por ação	(54.379)	26.726
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do (prejuízo)/lucro básico por ação	740.158	689.787
(Prejuízo)/lucro básico por ação das operações continuadas	(0,07)	0,04

27.2. (Prejuízo)/lucro diluído por ação: A Companhia não possui dívida conversível em ações, dessa forma, não há diferença do (prejuízo)/lucro básico apresentado acima.

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados. **Índice de endividamento:**

	Controladora	Consolidado	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Dívida (a)	1.587.483	1.601.975	3.534.575	3.163.409		
Disponibilidades (b)	(1.447)	(8.847)	(208.021)	(281.390)		
Dívida líquida	1.586.036	1.593.128	3.326.554	2.882.019		
Patrimônio líquido (c)	775.924	751.956	775.924	751.956		
Índice de endividamento líquido	2,04	2,12	4,29	3,83		

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas 14, 15 e 16; (b) Disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas 5 e 7; (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. **Considerações gerais:** • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como valor justo. • Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa e certificado de depósito bancário (CDB) remunerados a taxa média ponderada de 101,3% do CDI em 31 de dezembro 2025 (98,5% do CDI em 31 de dezembro 2024), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. • Clientes, fornecedores e fornecedores FIDC: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Empréstimos, financiamentos, debêntures e passivos de arrendamentos: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado. **Valor justo de ativos e passivos financeiros:** Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de sua controladora em 31 de dezembro de 2025 são como segue:

	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	85.660	85.660
Clientes (b)	43.786	43.786
Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva (a)	399.692	399.692
Passivos:		
Fornecedores (b)	42.077	42.077
Fornecedores FIDC (b)	2.403	2.403
Empréstimos e financiamentos (c)	1.214.825	1.172.759
Debêntures (c)	2.266.584	1.988.088
Passivo de arrendamento (d)	53.166	59.666
	Saldo contábil	Valor justo
Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock (e)	652	652

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia (Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3).

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do